

Procuradoria  
Geral do  
Estado



98114-0934



ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL

## AO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DA SAÚDE DA COMARCA DE GOIÂNIA/GO

### TERMO DE ACORDO N. 02/2022-CCMA/PGE

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica, neste ato representado pelo seu Presidente, **LEONARDO LOBO PIRES**, devidamente assistido pela Procuradora do Estado, **GÉSSICA CRUVINEL PEREIRA PEIXOTO**, doravante denominado PRIMEIRO ACORDANTE; de outro lado, **GISELENE DIAS DE OLIVEIRA**, usuária do Sistema Ipasgo Saúde, doravante denominado como SEGUNDA ACORDANTE, com fundamento no artigo 22, Lei estadual n. 17.477/2011, artigos 6º e 29, § 1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, artigo 38-A, Lei Complementar estadual n. 58/2006, artigo 3º, §2º, Código de Processo Civil/2015, bem como o que consta nos autos SEI n. 202100022082643, resolvem firmar o presente termo de acordo na **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**, mediante observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA**

1.1. Versam os autos sobre solicitação administrativa protocolada pela SEGUNDA ACORDANTE, requerendo autorização de procedimento de Transplante de Medula Óssea (000025531826 e 000025531880);

1.2. Por intermédio do Despacho n. 37/2022- SEPROC (000026500408), manifesta-se favoravelmente o Setor de Processos Contenciosos do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás pela contratação do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICDF, consubstanciado no pronunciamento do setor de Apoio Técnico Científico (000026472134), corroborado pela Diretoria de Assistência ao Servidor (000026472134);

1.3. Aos autos, acostados orçamentos (000026079024, 000026079242, 000026079356, 000026416791 e 000026416952 constando o acatamento para que a realização do procedimento ocorra no âmbito do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal - ICDF (000026478083);

Gp

1.4 Após, manifesta-se o Setor de Processos Contenciosos por meio do Despacho n. 37/2022-SEPROC (000026500408) pela viabilidade da resolução consensual da controvérsia, considerando a obrigação do Instituto de fornecer procedimento previsto em rol de cobertura correspondente, ainda que ausente prestador de rede credenciada;

1.5. Posteriormente, minuciada a forma de pagamento ao Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal - ICDF (000026725305);

1.6. Em 12.01.2022, exercido o juízo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (000026614616).

1.7. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018, todos contemplados nas tratativas mediativas desenvolvidas;

1.8. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2019, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos;

1.9. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 6º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que verifica-se no particular;

1.10. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, comprometendo-se o PRIMEIRO ACORDANTE a disponibilizar o procedimento de Transplante de Medula Óssea no Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICDF, em favor da SEGUNDA ACORDANTE;

2.2. O PRIMEIRO ACORDANTE reembolsará o Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICDF, pagando o valor de R\$127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais);

§1º O montante será depositado judicialmente, após homologação do presente pelo Juízo competente, com posterior expedição de alvará de transferência, sendo 50% (cinquenta por cento) do montante no início do

*GP*

tratamento e 50% (cinquenta por cento) do montante em até 15 (quinze) dias após o transplante, diante da manutenção da internação da SEGUNDA ACORDANTE;

2.3. O custeio das despesas de transporte e acomodação do acompanhante da SEGUNDA ACORDANTE será efetuado mediante pedido de reembolso, a ser realizado junto ao Sistema Ipasgo Saúde, após o ateste das notas fiscais pelo setor financeiro do PRIMEIRO ACORDANTE;

2.4. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico;

2.5. Disponibilizado o tratamento, a SEGUNDA ACORDANTE dar-se-á por plenamente satisfeita, nada mais tendo de reclamar em juízo ou fora dele quanto a eventuais direitos decorrentes do objeto do acordo abrangente da sua situação clínica atual;

2.6. O descumprimento do acertado por alguma das partes implica na rescisão do presente acordo;

2.7. O presente acordo possui caráter intransferível, irrevogável e irretroatável.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

3.1. A composição é negócio jurídico de direito material fundada unicamente na vontade das partes, sendo desnecessária sua homologação perante o Poder Judiciário.

3.2. O ajuste entabulado, com fundamento no artigo 16, §2º, Lei Complementar estadual n. 144/2018 e no artigo 20, parágrafo único, Lei federal n. 13.140/2015, constitui título executivo extrajudicial e, se homologado judicialmente, título judicial.

3.3. O presente termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do artigo 33, Lei Complementar estadual n. 144/2018.

3.4. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo serão submetidas à tentativa de conciliação, medição ou arbitragem no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144, de 24 de julho de 2018.

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 27 de janeiro de 2022.

28/01/2022

SEI/GOVERNADORIA - 000027003963 - Termo de Acordo

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás

Leonardo Lobo Pires

Presidente

(Assinatura Eletrônica)

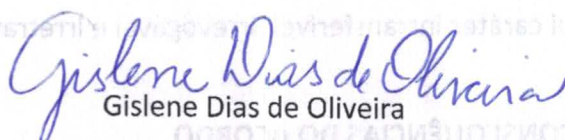
Setor de Processos Contenciosos

Géssica Cruvinel Pereira Peixoto

Procuradora do Estado

OAB/GO n. 47.061

(Assinatura Eletrônica)



Gislene Dias de Oliveira

Usuária - Sistema Ipagso Saúde

OAB/\_\_\_ n. \_\_\_\_\_

Procurador(a) - Usuária

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual

Patrícia Vieira Junker

Mediadora

OAB/GO n. 33.038

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIEIRA JUNKER, Mediador (a)**, em 27/01/2022, às 09:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LOBO PIRES, Presidente**, em 27/01/2022, às 14:03, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GESSICA CRUVINEL PEREIRA, Supervisor (a)**, em 28/01/2022, às 10:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador 000027003963 e o código CRC 9446577E.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL  
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED. REPUBLICA  
TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3253-8500.



Referência: Processo nº 202100022082643



SEI 000027003963

